XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Uma leitura sobre a propriedade do conhecimento no software livre e copyleft a partir de conceitos da filosofia grega.

Alves, Daniel Figueiras.

Cita:

Alves, Daniel Figueiras (2009). *Uma leitura sobre a propriedade do conhecimento no software livre e copyleft a partir de conceitos da filosofia grega*. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/70>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Uma leitura sobre a propriedade do conhecimento no *software* livre e *copyleft* a partir de conceitos da filosofia grega

Alves, Daniel Figueiras
PAIDÉIA-Unicamp/Capes
danielfigalves@gmail.com

Introdução

Porque o conhecimento deve ser livre? Este artigo parte de uma retomada filosófica sobre a questão do conhecimento em seus moldes clássicos – a qual é uma das matrizes para o pensamento contemporâneo – sobre as discussões acerca do conhecimento livre, em especial relativas ao *software* livre e as licenças *copyleft*. A discussão sobre a propriedade do conhecimento ganha corpo na medida em que se desenvolvem e aperfeiçoam as técnicas de reprodução em larga escala, conferindo popularidade e ampliação do conhecimento e da informação.

1. O conhecimento clássico

Abbagnano em seu dicionário de filosofia (Cf; 1998 p.174) define conhecimento enquanto “*técnica para a verificação de um objeto qualquer, ou a disponibilidade ou posse de uma técnica semelhante. Por técnica de verificação deve-se entender qualquer procedimento que possibilite a descrição, o cálculo ou a previsão controlável de um objeto; e por objeto deve-se entender qualquer entidade, fato, coisa, realidade ou propriedade*”. Não obstante, a própria noção de conhecimento na Grécia antiga transcendia à condição de mecanismo de investigação, situando-se na própria relação entre a natureza (*physis*) e o homem. O conhecimento por meio do mito - transmitido oralmente ao longo das inúmeras gerações sob a forma de narrativa poética – consistiu no mais efetivo modelo educativo da antiguidade. Ademais, a própria condição de existência deste conhecimento, assim configurado, esteve atrelada à liberdade que o permitia – na condição de domínio público – permear o imaginário popular da época e imprimir nele seus valores.

A concepção de conhecimento oferecida por Platão, mediada pela razão filosófica, se pauta pela noção de “conhecer”, ou seja, por uma faculdade da alma ou psique, utilizada para o processo de aprendizagem. Se é e está na alma, há relação entre ser e conhecer. Esta faculdade é um processo verificador de um objeto qualquer com o qual me defronto. Para o platonismo, tal relação – entre quem conhece e objeto – é de identidade ou semelhança, dependendo do grau de conhecimento possível com o grau de ser: há conhecimentos que são certos e indubitáveis, que mais se identificam com o ser e são os mais cognoscíveis; o que é incognoscível se assemelha ao não-ser. Uma verdade é descoberta e não criada, pois já existe no mundo das idéias. Logo, o conhecimento é possível através da teoria da reminiscência, visto que a alma já contemplou o mundo das idéias.

Quando conheço, estabeleço uma relação de identidade com o objeto, isto é, minha ciência, meu conhecimento verdadeiro expressam o ser de algo e por consequência o meu ser, que é capaz de

conhecer aquilo que é. O meio para se chegar a tal conhecimento é a dialética. Pela dialética, o discípulo tira do fundo da sua alma, conduzido retamente pelo mestre, (conforme o Ménon) toda a ciência. Neste sentido, conhecimento está no homem como uma faculdade da alma. É próprio do homem conhecer, e, por isso, tem relações com o seu ser.

Para Platão todas as coisas que existem estão divididas em duas ordens: as coisas sensíveis, ou seja, que podem ser captadas pelos sentidos e supra-sensíveis ou inteligíveis, as quais só podem ser alcançadas pela razão sob a forma de “Idéias”. Neste sentido, as Idéias “*não são simples conceitos ou representações puramente mentais, mas representam “entidades”, “substâncias”. As Idéias, em suma, não são simples pensamentos, mas aquilo que o pensamento pensa quando liberto do sensível: constituem “o verdadeiro ser”, “o ser por excelência” (...) representam o “modelo” permanente de cada coisa (como cada coisa deve ser)*”(Cf; Reale: 1990, p.137).

2. A concepção do conhecimento no *software* livre

Software é constituído, basicamente, por informações e pelo método com a qual elas se relacionam – entre elas mesmas e com o exterior, ou ainda, o modo como estas informações estão dispostas e organizadas, por meio de uma linguagem específica. Nenhum outro objeto – em condição instrumental - possui tamanha flexibilidade, e reprodutibilidade quanto o *software* (V.V.A.A. 2006, p. 21). Segundo Stallman (2004, p. 72) a diferença fundamental estabelecida entre *software* livre e os demais softwares situam-se em seus aspectos legais – a questão das licenças: contrato jurídico entre o autor (proprietário dos direitos) e os usuários, este contrato estipula as condições de uso, redistribuição, modificação. O tipo de licença jurídica – todos os direitos reservados – que regula o *software* proprietário impede a compreensão, desenvolvimento e divulgação de outras formas de programas derivados, pois não permite acesso ao seu código fonte. Nesse sentido verifica-se uma barreira – legal – que impossibilita a reprodução e circulação das informações e, assim, não há liberdade para a promoção de novos conhecimentos.

“O “*software* livre” é uma questão de liberdade, não de preço.” Assim, Stallman (Idem, p.45) delibera acerca das pretensões políticas que objetivam a livre circulação do conhecimento. A concessão da liberdade ao usuário é garantida e resguardada pela mesma matriz de licença jurídica que regula os direitos do *software* proprietário, entretanto, atuando de forma oposta. As licenças estabelecidas para o *software* livre concedem a qualquer usuário certas permissões explícitas, quais sejam, podem redistribuir ou não o programa, mas se o fazem devem cumprir tais licenças. Somente os autores podem especificá-las, de acordo com os direitos de propriedade intelectual, não se trata assim de transferência de propriedade, mas apenas direito ao uso e em alguns casos distribuição. São basicamente quatro as quatro liberdades elementares para o *software* livre, sendo que, para o exercício das liberdades 1 e 3 é impreterível o acesso ao código fonte do programa:

Liberdade 0: a liberdade de executar o programa sem restrições e quaisquer fins.

Liberdade 1: a liberdade de estudá-lo e adaptá-lo às necessidades particulares.

Liberdade 2: a liberdade de copiar e distribuí-lo.

Liberdade 3: a liberdade de melhorá-lo e publicar tais melhorias.

Copyleft é um modelo de licença pública que visa tornar possível a proteção legal para o cumprimento das liberdades de uso e distribuição, abrange desde questões relativas ao uso de *software* livre, “*manuais, livros de texto ou outros documentos, que assegura a qualquer a liberdade de cópia e*

distribuição, com ou sem modificações, com fins comerciais ou não” (Cf; Idem, p. 93-94). Estas licenças sob o rótulo de *copyleft* permitem a distribuição do conteúdo intelectual na medida em que se garante que as liberdades e condições para seu uso, outorgadas pelo autor sejam seguidas sob as mesmas condições originais. (V.V.A.A. 2006, p. 25)

3. As liberdades e condições para o conhecimento livre

A noção de direitos reservados teve início com a invenção e desenvolvimento dos mecanismos e técnicas que permitiram ou facilitaram o processo de reprodutibilidade material. As questões acerca da propriedade intelectual só ganharam espaço e tomaram corpo a partir do momento em que os cidadãos passaram a deter em suas mãos a possibilidade de reprodução das obras intelectuais. Antes tais ações não eram tidas por roubo ou apropriação indevida de propriedade alheia. A necessidade de determinar direitos sobre as obras intelectuais nasceu do elemento técnica e com o intuito de resguardar o poder avariados por meio das desvantagens comerciais e do descontrole quanto a exclusividade de reprodução material.

A popularização da digitalização permitiu a manutenção na cópia da mesma qualidade de sua matriz. “*A propriedade intelectual tornou-se volátil e escapa por entre os dedos daqueles que ontem a controlavam. Para frear esta situação as leis fingem de sólido o que é gasoso e convertem em propriedade privada algo que não podem mais possuir*”. A ficção criada em torno da propriedade intelectual promovida pelo pânico gerado pela perda do controle técnico – por meio da democratização dos mesmos e afã desesperado em estabelecer patentes como forma preventiva para resguardar o domínio e controle pela força e rigor da lei. (Cf; Bueno. 2005, p. 17-18)

As idéias ou o conhecimento em si mesmo, para Platão, estão situados num universo integral, ou seja, pertencem a natureza e estão dispostos nela da mesma forma que os objetos do mundo a pleno alcance de todos os indivíduos. A regulamentação da propriedade do conhecimento em conformidade com as licenças *copyleft*, não compartilha – exatamente – com a mesma concepção filosófica platônica de acesso; todavia, permite a conformação mais aberta sobre o uso do conhecimento sobre bases livres e comunitárias.

A necessidade de se estabelecer tais bases jurídicas tem por motivação e intuito fazer valer, em âmbito de lei, a permissão de uso e distribuição, nos mesmos moldes do *copyright*. As licenças *copyleft* oferecem uma liberdade sintética e artificial, uma espécie de *habeas corpus* ao conhecimento. A liberdade do conhecimento está condicionada às licenças burocráticas que visam efeito contrário. O modelo de conhecimento aberto defendido pela “*ética hacker*” assemelha-se, segundo Pekka Himanen (Cf; 2001, p. 61), à quilo que o próprio Platão concebeu em sua Academia “*onde os estudantes não eram considerados puros receptores do conhecimento transmitido, mas senão tratados como companheiros na aprendizagem*”. No âmbito da Academia – onde os discípulos de Platão eram estimulados a desenvolver argumentação e o pensamento livre – seria algo impensável recorrer-se ao direito institucional para resguardar o uso livre do conhecimento. As leis, que naquela época em sua maioria pautavam-se pelo costume e sacralidade, poderiam coibir seus cidadãos quanto ao uso da palavra ou puni-los conforme as regras; no entanto assegurar a propriedade do conhecimento seria algo externo e tirânico.

A própria crítica de Platão ao uso pragmático do conhecimento pelos sofistas é cabível, na medida em que se aproxima da mesma crítica sobre o modelo de concentração e apropriação do conhecimento promovido pelas rígidas leis de propriedade intelectual dispostas pela legislação *copyright*. Para Platão o conhecimento é conhecimento daquilo que já existe e sempre existiu – o filósofo não admite “*autoria*” mas preconiza que o esforço de acesso é uma categoria da alma do sujeito. Neste sentido existe um vínculo entre o sujeito e o conhecimento universal ou ainda uma

possibilidade de desvelamento coletivo do conhecimento – aproxima-se da defesa do conhecimento participativo, coletivo e de domínio público no *copyleft*. Segundo esta política, o conhecimento deve ser disposto de forma aberta e flexível de modo a contribuir para a descoberta de outras formas de conhecimento.

Conclusão

O conhecimento deve ser livre, pois, segundo justificativa filosófica platônica, é parte de um organismo em que fazem parte dele toda a humanidade – não há dissociação entre os objetos e os seres que os pensam, bem como não há autoria, mas, sim, acesso à ele. Para Platão o conhecimento é conhecimento do que já existe, sendo transmitido ao longo da humanidade através de uma subjetividade universal que, vedada sua fonte de conhecimento fica impossibilitada a sua existência. Ademais, se o conhecimento é: sempre acerca daquilo que já existe e sempre existiu, há nisto uma condição filosófica e moral em prol de sua difusão e distribuição. Trata-se portanto de uma situação de necessidade, é necessário que o conhecimento seja livre para que adquira outros formatos e se desenvolva em outras relações, posto que somente em âmbito coletivo e permanente a humanidade pode ser beneficiada. A concepção de conhecimento livre no *copyleft* se alia a esta concepção – com ressalvas quanto à autoria – na medida em que propõe a construção coletiva do conhecimento baseado num esforço coletivo anterior. O conhecimento está na humanidade e na contribuição dela para seu acréscimo e por isso, a defesa de sua circulação livre é condição essencial para que a humanidade tenha assegurada as condições de sua sobrevivência e emancipação – similarmente àquilo que o conteúdo mítico e poético representou para a educação da Grécia filosófica, berço da razão ocidental.

Bibliografia

- ABBAGNANO, N. (1998) *Dicionário de filosofia*. Tradução Alfredo Bosi, 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes.
- BUENO, D. B. (2005) *Copia este libro*. Madrid: Dmen SRL.
- HIMANEN, P. (2002) *La ética del hacker y el espíritu de la era de la información*. Buenos Aires: Editorial Planeta.
- REALE, G. ANTISERI, D. (1990) *História da filosofia: antiguidade e idade média*. São Paulo: Paulus.
- STLLMAN, R. (2004) *Software libre para una sociedad libre*. Madrid: Traficantes de sueños.
- VV.AA. (2006) *Copyleft: manual de uso*. Madrid: Traficantes de sueños.